Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares

escola básica e secundária
Padre Manuel Álvares

PROJETO EDUCATIVO

"São Cegos? Não Vêem? Não percebem a glória que será quando aprendermos a voar realmente?"

Richard Bach

Quadriénio 2018 - 2022

Índice

APRESENTAÇÃO ……..	4
1. INTRODUÇÃO ……..	5
2. MISSÃO/PRINCIPIOS/VALORES……...……..	7
3.POTENCIALIDADES …….	9
4.PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS …….……..	9
5. OPORTUNIDADES E CONSTRANGIMENTOS ……	10
6.ÁREAS DE INTERVENÇÃO E PRIORIDADES ……..……	11
7.FORMAS DE DIVULGAÇÃO …….	16
8.MONITORIZAÇÃO ……...……	16
9. AVALIAÇÃO ……	16
10. ANEXOS……	17

"O Projeto Educativo é um documento estratégico, orientador da ação do estabelecimento de educação-formação, é também um instrumento operatório de toda a ação educativa para aqueles que trabalham no seio de uma organização de educação e formação; é ainda um guia informativo, para os pais e encarregados de educação, acerca das opções escolares e profissionais para o futuro dos seus filhos; é, finalmente, para o tecido empresarial, um indicador relevante de recursos humanos disponíveis no mundo do trabalho, potenciador de emprego e do desenvolvimento económico e social local."

Projetos educativos: elaboração, monitorização e avaliação: guião de apoio / coord. Rui Azevedo

APRESENTAÇÃO

O Projeto Educativo é um instrumento central do processo de gestão e autonomia das escolas que deve nortear as estratégias e opções definidas aos diversos níveis de planeamento, funcionamento e objetivos da escola e evidenciar a sua identidade institucional, educativa e cultural. Deve ainda contemplar as alterações necessárias à melhoria do funcionamento de todas as atividades escolares com o intuito de responder às necessidades de cada aluno, valorizando a diversidade e promovendo a aprendizagem e a participação.

O presente projeto educativo de escola (PEE), em termos normativos, segue o Decreto Legislativo Regional (DLR) nº21/2006/M, de 21 de junho, que veio alterar o DLR 4/2000/M, de 31 de janeiro; o Decreto Regulamentar Regional nº 13/2018/M de 08 de outubro; o Decreto-lei nº 139/2012 de 05 de julho e o Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, que em vários pontos refere a importância do PEE para atingir determinados fins em vista, como, por exemplo, a "Concretização de um exercício efetivo de autonomia curricular, possibilitando as escolas a identificação de opções curriculares eficazes, adequadas ao contexto, enquadradas no projeto educativo e noutros instrumentos estruturantes da escola", reforçando que "As opções estruturantes de natureza curricular são inscritas no projeto educativo".

A reflexão sobre o passado da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares, o reconhecimento e avaliação dos problemas presentes e uma visão estratégica para o futuro, constituem elementos fulcrais para identificação e reconhecimento das nossas valências e dos nossos problemas e, principalmente, para decidirmos que Escola queremos ser e como a construir. Assim, este Projeto Educativo visa, mais do que apresentar e explicar as linhas orientadoras da atividade educativa ou de planear a nossa ação, nos próximos quatro anos, mobilizar os atores educativos e articular o local com o global, constituindo-se como a expressão coletiva daquilo que queremos atingir e do que queremos ser: uma Escola de todos e para todos. Neste espírito assumiremos uma postura de escola inclusiva e "cidadã", valorizando as especificidades de cada aluno, o contacto com outras culturas, incluindo outras línguas; a permuta de experiências e o desenvolvimento de aprendizagens com impacto tridimensional na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural. Neste sentido, temos três grandes propósitos:

1) A melhoria do sucesso educativo;
2) A aposta numa oferta formativa diversificada (duas vias: ingresso no ensino superior e integração na vida ativa);
3) Promoção das diferentes dimensões da educação para a cidadania.

Este é o PEE para o **quadriénio 2018-2022** que pretende identificar e priorizar os problemas que afetam a escola, definindo objetivos gerais / propósitos (definidos anteriormente) e estratégias pelas quais os problemas possam ser eficazmente combatidos e os objetivos estabelecidos mais facilmente alcançados.

1. INTRODUÇÃO

A Escola Padre Manuel Álvares é uma Escola com história. A Escola da Ribeira Brava viveu uma experiência pedagógica verdadeiramente inovadora. Em 1973 a Escola não era mais do que uma realidade virtual do Diário do Governo, um número nas estatísticas do Estado e um terreno baldio na Ribeira Brava. Porém, partindo da emoção que a fome e a injustiça podem causar, usando o poder da solidariedade e tendo por base a experiência empírica, do que se ia vivendo e aprendendo, criou-se do nada, ou do quase nada, aquela que foi a primeira escola portuguesa da Liberdade, da Democracia, da Interdisciplinaridade e da Autonomia.

In Plano Anual da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares (2018-2019), identidade da escola, páginas 6 e 7

Inicialmente a Escola era apenas uma referência estatística, na medida em que, fisicamente, funcionava num terreno onde estava prevista a sua construção. Só em 1973 a Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares adotou a sua designação legal, segundo a portaria nº 664/73 de 4 de outubro, tendo entrado oficialmente em funcionamento no ano letivo de 1973 – 1974. Na sequência de melhoramentos das suas instalações, em 1992 foi inaugurado o edifício no qual atualmente funciona a escola e no presente ano letivo (2018-2019) iniciam-se as obras de construção da nova Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares.

A Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares situa-se no centro da Vila e serve todo o concelho, que ocupa uma área de 65 km^2, com 13 375 habitantes [dados de 2011].

Nos últimos tempos tem havido alguns investimentos com mais incidência no ramo da floricultura. As atividades não agrícolas que contribuem a seu modo para o emprego são a construção civil, ramo em que tem também havido algum investimento, e as oficinas mecânicas e apoio a outras atividades económicas. Existe desemprego, principalmente o que atinge os jovens à procura do primeiro emprego.

A economia municipal assenta na agricultura, no comércio retalhista e no turismo (restauração e hotelaria), destacando-se ainda, o papel da Administração Local. Nos últimos anos tem-se assistido a algum desenvolvimento a nível do setor secundário e terciário, nomeadamente empresas ligadas às tecnologias e empreendedorismo e instalações desportivas.

O Parque Escolar consiste nalgumas creches e jardim-de-infância distribuídos pelas respetivas freguesias; uma instituição do Pré-escolar na Ribeira Brava, várias Escolas Básicas do 1.º Ciclo (Ribeira Brava, São Paulo, São João, Campanário, Corujeira, Serra de Água e Tabua), uma Escola do 2.º e 3º Ciclo do Ensino Básico, situada no Campanário e uma Escola do 2.º e 3.º Ciclo e Ensino Secundário, na Ribeira Brava.

A Escola tem uma identidade própria, apesar de partilhar os mesmos problemas e condicionalismos da maior parte das escolas regionais, tendo os mesmos anseios de desenvolvimento e projeto social. Vive e participa nas iniciativas e acontecimentos que ocorrem no meio.

Nesta fase de construção da nova escola, dois espaços constituem o nosso estabelecimento de ensino: a "sede" localizada no centro da vila e o "polo" localizado na Bica de Pau. No primeiro situam-se o funcionamento do Conselho Executivo, Assessoria, Diretores de Turma, Serviços de Psicologia e Orientação, Secção de Formação de Pessoal Docente e Não Docente, Técnicos da Educação Especial, Serviços Administrativos, Reprografia/Papelaria, Cantina, Bar dos Alunos, Biblioteca, sala de Sessões, sala de Professores, Arquivo e salas de aula. O segundo é palco de desenvolvimento das atividades referentes ao 2º ciclo (5º e 6º anos de escolaridade), estando equipado com os serviços essenciais ao seu funcionamento.

As obras de construção, requalificação e modernização- primeira fase- já em decurso, proporcionarão à comunidade escolar novas condições de conforto e trabalho. De referir que a construção da nova escola não resolverá o problema dos alunos terem de se deslocar cerca de 500 metros para a frequência das aulas de Educação Física e Desporto,

uma vez que as mesmas são e continuarão a ser ministradas no Pavilhão Gimnodesportivo, cedido pelo Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, no campo de futebol e no polidesportivo, cedidos pelo Município da Ribeira Brava.

A EBSPMA conta atualmente (2018-2019) com uma população de 1292 indivíduos: 1038 alunos;195 docentes e 59 pessoal não docente. Os 1038 discentes estão distribuídos em três turnos pertencendo a diferentes ciclos, cursos e modalidades de ensino.

2. MISSÃO/PRINCIPIOS/VALORES

"Formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas".

Paulo Freire

O Projeto Educativo de Escola (PEE), na nossa escola, assume como missão prioritária e fundamental garantir condições que visem o sucesso educativo dos nossos alunos, preparando-os para o Ensino Superior e/ou para o mercado de trabalho qualificado. Assim, prestar à comunidade um serviço educativo de excelência, promovendo um ensino de qualidade para todos, contribuindo para formar cidadãos autónomos, críticos, possuidores de competências e capacidades necessárias a um bom desempenho pessoal e social, com vista à sua integração numa sociedade em constante mudança, é o grande desafio.

É através da operacionalização dos seus princípios e objetivos que a Escola pretende promover o sucesso escolar, ser ao mesmo tempo uma Escola aberta para e com a Comunidade/Meio, e estabilizar o abandono escolar.

Os princípios de desenvolvimento que regem a postura deste Estabelecimento, não poderiam deixar de contemplar a:

- Envolvência, para que toda a Comunidade Escolar esteja implicada neste processo;
- Flexibilidade de forma a poder adaptar-se aos desafios da mudança com capacidade de resposta plural, dialogar para encontrar os melhores caminhos, a qualidade da Escola depende da flexibilização dos pontos de vista, dos recursos e da organização;
- Inclusão, isto é, tratar todos de igual modo e em circunstâncias diferentes fazer variar critérios de acordo com o máximo benefício de todos;
- Inovação de práticas organizacionais e pedagógicas, de modo a que a Escola se assuma como uma organização moderna capaz de corresponder aos desafios, procurando dar respostas tão diversificadas, quanto diversificados são os contextos sociais;
- Responsabilidade de modo a responsabilizar todos os intervenientes no processo educativo, com distinção de tarefas e objetivos a cumprir.

Estes princípios, orientadores de estratégias de operacionalização, têm em conta a promoção da relação entre a escola, a família e a sociedade, a promoção da disciplina e segurança e a promoção do sucesso escolar. O desafio decisivo é assumir a Educação como responsabilidade de todos, e em que todos têm direitos e deveres.

Os valores que subjazem às grandes linhas orientadoras do nosso PEE são os seguintes:

- Dever, numa perspetiva da educação para a responsabilidade;
- Dignidade humana, promovendo o respeito pelos direitos e deveres;
- Envolvência de toda a comunidade escolar, criando mais e melhor proximidade com a instituição família;
- Ética, refletindo sobre os princípios e argumentos que fundamentam as ações;
- Excelência, premiando o mérito;
- Igualdade de oportunidades;
- Justiça, garantindo a igualdade de tratamento;
- Liberdade que saiba respeitar e viver com os outros;
- Respeito pelo trabalho do outro;
- Solidariedade para com as fraquezas e debilidades;
- Sucesso, concretizando objetivos passo a passo;
- Tolerância para com a diferença.

2.1. Oferta formativa

Assim, a Escola como instituição integrante do meio que a envolve, oferece, num horário de funcionamento alargado (das 8:00 h às 23:30 h) em termos específicos de oferta educativa, o 2.º e o 3.º ciclo do Ensino Básico, iniciando este ano letivo (2018-2019), com duas turmas de sétimo ano (7ºD e E), o projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular. Ao nível do Ensino Secundário, disponibiliza também um conjunto de cursos orientados para o prosseguimento no Ensino Superior (ensino regular) nos cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias, de Ciências Socioeconómicas e de Línguas e Humanidades. Para além deste do ensino regular, a Escola ministra, atualmente, Cursos Artísticos Especializados, Cursos de Educação e Formação de Jovens, Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação de Adultos, Formações Modulares e Cursos de Português para Falantes de Outras Línguas (ver Plano Anual de Escola – 2018/2019).

Os cursos nas áreas da gestão, das tecnologias, do desporto, do turismo e do comércio visam dar resposta às necessidades do tecido empresarial do concelho.

A escola disponibiliza também apoio pedagógico aos alunos, aplicando medidas universais, seletivas e adicionais, considerando também os discentes provenientes de países estrangeiros. Este apoio pedagógico tem sido um importante recurso para a melhoria dos resultados escolares e do sucesso educativo.

Para além das atividades de componente curricular e dos apoios, a escola também faculta horário para a dinamização de projetos e clubes que constam no Plano Anual de Escola, devidamente articulados com o Projeto Educativo de Escola.

2.2. Recursos Educativos

Os Serviços de Educação Especial e os de Psicologia e Orientação Escolar, destinados aos alunos, visam promover a igualdade de oportunidades, melhorar a qualidade do ensino e apoiar e orientar os discentes (ver Plano Anual de Escola – 2018/2019).

2.3. Recursos Humanos

Corpo Docente; Não Docente e Discente

Os Docentes desta Escola são, por norma, experientes e, estabilizados em termos de carreira, o que, se por um lado, facilita uma abordagem educativa mais coerente em termos de visão e execução vertical e horizontal do *curriculum* e a existência de melhores condições para um trabalho cooperativo e mais significativo, entre os professores, por outro, poderá potenciar o risco da estagnação em determinados modelos metodológicos, que, com a constante evolução social e tecnológica e as consequentes necessidades educativas dos utentes da escola, devem ser sistematicamente questionados e modificados.

No ano letivo 2018-2019 a nossa escola conta com 195 docentes, 59 de pessoal não docente e 1038 discentes (ver Plano Anual de Escola – 2018/2019). Em relação ao ano letivo anterior (2017 -2018) verificamos uma pequena oscilação a nível do número de alunos (passou de 999 para 1038 alunos), justificada pelo projeto noturno *Português para Falantes de Outras Línguas*, dirigido essencialmente a lusodescendentes oriundos da Venezuela.

3. POTENCIALIDADES

Há um número de fatores que são importantíssimos para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem:

1. Localização do estabelecimento de ensino no centro da vila da Ribeira Brava e, logo, perto de todos os serviços;
2. Existência de transportes públicos;
3. Boas acessibilidades à via rápida;
4. Abertura da escola à comunidade.

4. PONTOS FORTES e PONTOS FRACOS

Os pontos fortes que são para manter e/ou melhorar são os seguintes:

1. Preocupação da escola com o ambiente sustentável;
2. Estabilidade do corpo docente. A existência de um número estável de docentes pertencentes ao quadro da escola, a exercer a componente curricular e a dar continuidade de funções;
3. Participação da Escola em atividades regionais, nacionais e internacionais (reconhecimento através de prémios);
4. Oferta educativa da escola.

Os pontos fracos, ameaças à missão da nossa escola, são os seguintes:

1. Insucesso Escolar;
2. Aumento de comportamentos inadequados por parte dos alunos dentro e fora da sala de aula;
3. Absentismo e abandono escolar;
4. Pouca participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos, resultando na dificuldade em envolvê-los nas várias atividades escolares;
5. Situações identificadas no PASER (Projeto de Aferição do Sistema Educativo Regional), que, acredita, serão resolvidas com a construção da nova Escola:

   - Deficientes instalações sanitárias;
   - Entupimento frequente do esgotamento de águas aquando de maior pluviosidade, dificultando a circulação dos Alunos e da Comunidade Escolar em geral na escola, limitando o bom funcionamento das aulas;
   - Telhados degradados;
   - Insuficiente número de salas para bom funcionamento de todos os Ciclos de Ensino a nível da lecionação de aulas, apoio e atividades em geral;
   - Reduzido número de gabinetes de trabalho para o Pessoal Docente;
   - Insuficiência de espaços de trabalho afetos a atividades de enriquecimento curricular, clubes, projetos, entre outros;
   - Zonas recreativas insuficientes;
   - Insuficiência de equipamentos e recursos audiovisuais para atividades e lecionação das aulas;
   - Número insuficiente de recursos informáticos em função das necessidades.
6. Formação do pessoal não docente a nível de relações interpessoais/humanas;
7. Coordenação dos diferentes serviços.

5. OPORTUNIDADES E CONSTRANGIMENTOS

Existem aspetos positivos a salientar e sobre os quais se deve continuar a atuar:

- A continuidade de parcerias /protocolos;

A Escola deve manter e alargar protocolos e parcerias com empresas e outras entidades do meio, tanto local como regional, para promover a formação dos alunos em contexto de trabalho, estágios dos Cursos de Educação e Formação, dos Cursos Profissionais e, ainda, do Ensino e Formação de Adultos.

Deverá, assim, manter as parcerias com:

- Município da Ribeira Brava;
- Juntas de Freguesia do Concelho;
- Centro de Saúde;
- Segurança Social;
- PSP;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho;
- Instituições de âmbito Cultural, Desportivo e Recreativo do Concelho;
- Museu Etnográfico da Madeira;
- Empresas Concelhias e regionais.

- A participação em Projetos regionais, nacionais e europeus;

Continuar a participação em projetos regionais, nacionais e europeus, de interesse relevante para a escola e que visem alargar os horizontes culturais dos Alunos. Para tal, os projetos aprovados e desenvolvidos na escola (em 2018-2019) constituem os motores para que esta realidade aconteça (ver Plano Anual de Escola).

- Os contactos com outras escolas, com o objetivo de troca de experiências e intercâmbios científicos e culturais.
- A formação recebida pelos docentes;
- Escola recetiva à diferença.

Por outro lado, a escola debate-se com os seguintes constrangimentos:

- A diminuição do número de alunos/turmas, tendência não verificada nos últimos 2 anos devido à chegada de lusodescendentes;
- Corpo não docente pouco recetivo à mudança, à colaboração;
- Pouco envolvimento dos pais/encarregados de educação/família nas atividades escolares;
- Elevada carga burocrática aos docentes.

6. ÁREAS DE INTERVENÇÃO/PRIORIDADES

A escola, enquanto ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento de competências, onde os alunos adquirem as múltiplas literacias, mobiliza-se para responder às exigências destes tempos de mudanças aceleradas, e, nesta sequência, o nosso PEE coloca no centro do processo educativo as aprendizagens e o saber, a inclusão como exigência e a cooperação, flexibilidade e adaptabilidade como um desafio.

Com base no Relatório da Equipa de Autoavaliação de Escola (PASER), definimos as seguintes prioridades/metas/ linhas orientadoras para o próximo quadriénio 2018/2022:

	Objetivos	Metas	Indicadores de avaliação	Meios de verificação
1	**Reduzir a taxa de abandono escolar**	1- Obter uma taxa de abandono escolar não superior a 2%.	- Número de Alunos que abandonaram a escola.	Registos disponíveis na escola: Pautas; Dossiês; do DT.
2	**Melhorar os resultados escolares**	1-Atingir os seguintes resultados escolares: a)Alcançar uma taxa de transição do 5º ano, superior a 90%; b)Alcançar uma taxa de aprovação do 6º ano, superior a 90%; c)Alcançar uma taxa de transição do 7º ano, superior a 85%; d)Alcançar uma taxa de transição do 8º ano, superior a 90%; e)Alcançar uma taxa de aprovação do 9º ano, superior a 90%; f)Obter uma taxa de transição do 10º ano, superior a 85%; g)Obter uma taxa de transição do 11º ano, superior a 90%; h)Obter uma taxa de conclusão do 12º ano, superior a 95%. 2-Diminuir a diferença entre os resultados da escola e os resultados a nível nacional, no que diz respeito à avaliação externa (exames nacionais).	- Taxa de aproveitamento; - Resultados da avaliação externa.	Pautas.
3	**Reduzir os casos de indisciplina**	1-Reduzir o número de ocorrências de natureza disciplinar em 10%.	- Número de participações/ ocorrências de natureza disciplinar.	Dossiês de DT; Projeto A´s e PRIA.
4*	**Envolver os Encarregados de Educação/ família.**	1-Melhorar os canais de comunicação entre a escola e os Encarregados de Educação/família; 2-Aumentar a participação dos Pais e Encarregados de Educação na escola, garantindo 65% das presenças em cada turma, de todos os ciclos de ensino.	- Número/ diversidade de canais de comunicação utilizados; - Número de Pais e E.E por turma, que frequentam a escola.	Dossiês dos DT; Registos oficiais da escola; Checklist preenchida pelos DT
5	**Adequar estratégias numa perspetiva de respeito pela diferença e pela inclusão.**	1-Assegurar apoio direto ou indireto a todos os alunos do regime de educação especial/ outras situações. 2-Garantir as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.	- Número de Alunos.	Checklist; Registos de avaliação e Relatórios.
6	**Implementar o projeto de autonomia e flexibilidade curricular.**	1-Garantir a implementação da flexibilidade curricular em todas as turmas da escola. 2-Constatar uma melhoria no sucesso escolar. 3-Definir a estratégia de implementação para a componente cidadania e desenvolvimento.	- Número de Alunos com níveis positivos.	Planos curriculares; Pautas; Relatório; Grelhas.
7*	**Identificar e fundamentar os projetos de atividades de enriquecimento curricular/ extra curriculares**	1-Apresentar projetos de acordo com o modelo cedido, dando particular atenção à identificação e fundamentação. 2-Garantir que os projetos apresentados são uma mais-valia para a escola e facilitadores de novos conhecimentos/ horizontes.	- Número de participantes; - Participação em projetos/ atividades/ eventos externos à escola.	Atas do Conselho Pedagógico; Relatório e Lista de presenças.

Medidas para a redução da taxa de abandono escolar

(Objetivo 1)

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Taxa de Abandono Precoce de Educação e Formação (TAPEF) foi de 11,8%, o valor mais baixo de sempre alcançado por Portugal. A meta europeia para 2020 aponta para 10%. Não havendo dados concretos na RAM dos dois últimos anos letivos, a nossa referência é de 2016 com uma taxa de 23%, um valor demasiado elevado que precisa de ser trabalhado em várias áreas, até porque o ensino obrigatório vai até ao 12.º ano. Este problema é transversal a toda a sociedade, encontramos causas na emigração, nas questões sociais, laborais e culturais, no modelo económico instituído, na baixa escolarização dos pais, na desvalorização do ensino e da formação, entre outros fatores. Nesta sequência, para reduzir a taxa de abandono escolar, a EBSPM continuará a:

- Oferecer Cursos Profissionais; Cursos de Educação e Formação de Jovens e Cursos de Educação e Formação de Adultos;
- Envidar esforços de implementação de novas práticas de ensino; novos modelos pedagógicos, métodos interdisciplinares e cooperativos, utilizando com maior frequência e qualidade as novas tecnologias e a flexibilização do currículo;
- Promover uma postura de envolvimento eficiente e eficaz com os alunos, no sentido da criação de laços relacionais profícuos;
- Intensificar a relação/colaboração com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Estratégias / Medidas para melhoria dos resultados escolares

(Objetivo 2)

A Escola propõe – se atingir melhoria nos resultados escolares no próximo quadriénio, fazendo anualmente uma avaliação e reflexão, e tomando todos os anos medidas diferenciadas ou intensificando as que resultem em melhoria.

Desta forma propõe - se para os próximos anos:

- Proporcionar uma oferta educativa que corresponda às necessidades, gostos e motivações dos alunos, tentando melhorar uma oferta curricular enquadrada tanto no prosseguimento de estudos, como no ingresso dos alunos no mundo do trabalho;
- Estabelecer orientações pedagógicas para integração dos alunos em clubes e projetos de forma a melhorar apetências e gostos dos alunos;
- Melhorar os níveis de desempenho escolar dos alunos na maior parte das disciplinas:

- Criar a "Oficina de Exames", vocacionada para a promoção de um trabalho cooperativo orientado para o apoio aos alunos com exames nacionais, com bolsa de horas/professores que lecionam as disciplinas terminais com exame nacional.

- Incentivar à reflexão conjunta dos grupos disciplinares sobre as causas específicas do insucesso dos alunos nos diversos casos de indisciplina;

- Manter os apoios e projetos específicos que a Escola já proporciona;

- Incrementar a articulação entre a Biblioteca escolar, o Plano Regional de Leitura e o Baú de Leitura e as atividades letivas no sentido de desenvolver competências de literacia;

- Reconhecer e valorizar o bom desempenho (a nível de conduta e resultados escolares) dos alunos, mantendo os prémios escolares, através de certificados de mérito;

- Manter e desenvolver os mecanismos de orientação escolar e vocacional, através do Gabinete de Serviços de Psicologia e Orientação;

- Avaliar de forma sistemática e regular os resultados escolares e a qualidade do serviço educativo, mantendo a equipa do observatório para a qualidade do sucesso da EBSPMA;

- Otimizar os recursos informáticos.

Estratégias para a redução dos casos de Indisciplina

(Objetivo 3)

Para muitos alunos a Escola funciona mais como uma extensão da rua do que como um local de aprendizagens, de formação e progressão social.

Sobressai a necessidade de um maior envolvimento dos pais na vida escolar, nomeadamente, na resolução de muitos dos problemas acerca da indisciplina. A crescente permissividade dos pais e a falta de controlo que muitos denotam relativamente aos seus educandos contribui para o agravamento destas situações.

Desta forma os alunos têm comportamento desajustados e/ou agressivos, dentro e fora da sala de aula, bem como a utilização de linguagem pouco adequada entre alunos e destes para com os Auxiliares de Ação Educativa e mesmo com alguns Docentes, o que demonstra alguma ausência de valores de cidadania.

Propomo-nos a exercer com firmeza o poder disciplinar sobre os alunos, responsabilizando-os sempre que, da sua ação e intervenção, resultem quebras aos respetivos deveres, faltas de respeito aos restantes membros da comunidade e à organização a que pertencem. Daí a necessidade de criar condições para que situações de indisciplina, violência e outros comportamentos inadequados por parte dos alunos no meio escolar tendam a desaparecer:

- Incentivar a uma maior participação dos pais, num contexto que possibilite um relação frutuosa entre a Escola e a Família, acionando mecanismos para trazer os pais dos alunos mais problemáticos à escola no sentido de os responsabilizar;
- Criar um clima de cultura da escola de responsabilização, de autonomia e de cooperação;
- Registar rigorosamente todas as ocorrências disciplinares verificadas na escola, em todos os Ciclos de Ensino, pois só com um diagnóstico credível será possível delinear estratégias de intervenção;
- Definir os níveis de indisciplina e inclusão dos mesmos no Regulamento Interno, bem como as penalizações a aplicar em conformidade com a legislação em vigor.
- Intensificar os canais de comunicação entre Professores, Alunos, Pais, Conselho Executivo e Instituições;
- Reforçar a vigilância dos Alunos no espaço escolar;
- Dinamizar clubes e projetos com objetivos específicos de combate à indisciplina, à violência escolar e outros comportamentos desviantes;
- Continuar com o "Projeto A´s": equipa de trabalho (coordenador, assistente administrativa, "docentes especializados" e docentes em geral) com o objetivo de prevenir, agir e acompanhar os alunos com dificuldades no comportamento. No ano letivo 2017-2018 num total de 257 participações, doze resultaram em suspensão da escola, de 4 a 11 dias (ver anexo 1 *Comportamentos Desviantes na escola*).

Medidas para melhorar o envolvimento dos Encarregados de Educação/Família

(Objetivo 4)

No mundo atual é difícil conceber um modelo de sociedade que não tenha na sua base dois pilares fundamentais, a família e a escola. Nesta sequência, temos todos consciência da importância da participação dos pais na educação e formação dos seus filhos. A comunicação entre a Escola e as Famílias constitui o ingrediente básico para o **envolvimento parental na escola**. Quando esta comunicação é eficaz, os pais confiam e cooperam com os professores e com a Escola, compreendendo melhor as políticas da Escola e as ações dos Professores.

As medidas a promover no próximo quadriénio serão as seguintes:

- Criar a "Equipa para a família" constituída por docentes das áreas das tecnologias, Psicologia, Biologia e Economia com a função de preparar e ministrar ações de sensibilização para a família, em horário pós-laboral, versando determinados temas, sendo também o elo de ligação para a divulgação das atividades da escola.

  - TIC: Perigos da Internet; Noções básicas (criação de e-mail; consulta da página da escola, aplicações relacionadas com a escola), etc.

  - Psicologia: gestão de conflitos; relações interpessoais; comportamento, etc.

  - Biologia: primeiros socorros; alimentação; agricultura biológica, etc.

  - Economia: IRS e outras obrigações fiscais; educação e gestão financeira, etc.

- Disponibilizar canais de comunicação diversos (reuniões individuais ou em grupo; telefonemas, e-mail, caderneta) em que o Diretor de Turma é o principal elo de ligação;

- Utilizar canais de comunicação diversos (afixação de cartazes com a divulgação das atividades da escola; afixação de informações diversas; atualização semanal da página da escola, redes sociais, etc.) em que o Conselho Executivo é o principal promotor.

Adequação de estratégias numa perspetiva de respeito pela diferença e pela inclusão

(Objetivo 5)

"No centro da atividade escolar estão o currículo e a aprendizagem dos alunos. Neste pressuposto, este decreto-lei tem como eixo central de orientação a necessidade de cada escola reconhecer o valor acrescentado da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença, ajustando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios à sua disposição para que todos aprendam e participem da vida da comunidade educativa ".

Decreto- Lei 54-2018 de 6 de julho

No espírito da Declaração de Salamanca, de 1994, os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente da sua incapacidade. O Decreto- Lei nº 54/2018 de 6 de julho exige que a provisão de apoio para todos os alunos seja determinada, administrada e fornecida em salas de aula regulares, com equipas multidisciplinares locais responsáveis por estabelecer que apoio é necessário para garantir que TODOS os alunos (independente de rótulos, categorização ou determinação da deficiência) têm acesso e os meios para participar efetivamente da educação, com vistas à plena inclusão na sociedade.

Durante a vigência deste PEE, propomo-nos a:

- Constituir, de acordo com a lei vigente, uma equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, sendo responsável por aumentar a consciencialização sobre a necessidade de transformação cultural e de processos escolares ao nível de toda a escola, enquanto desempenha a sua principal função de identificar, avaliar e ajustar medidas e estratégias específicas para apoiar a aprendizagem de cada aluno e superar barreiras (inclusive ambientais) à aprendizagem individualizada;
- Garantir as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão (medidas universais, seletivas e adicionais):
- Continuar a aposta nos *Cursos de Português para Falantes de outras Línguas*, em horário pós-laboral.

Implementar "Projeto" de autonomia e flexibilidade curricular

(Objetivo 6)

No ano transato (2017-18), implementou-se o Projeto Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC) na Região Autónoma da Madeira. No ano letivo 2018-19 concretiza-se na nossa escola, com a aplicação a duas turmas de 7º ano (D e E), devendo alargar-se a outras turmas e anos de escolaridade no decurso do presente PEE.

O Decreto-Lei número 55/2018, de 06 de julho introduz na componente de currículo a Cidadania e Desenvolvimento a todos os níveis de ensino, cabendo a cada escola definir a sua própria estratégia (a nossa foi definida no ano letivo 2018-2019 e consta no documento "Estratégia de Educação para a Cidadania e Desenvolvimento da Escola", anexo 2), definindo os domínios (na nossa escola direitos humanos será transversal a todos níveis de ensino), temas, aprendizagens, organização de trabalho, estabelecimento de parcerias em articulação com outras entidades, envolvimento das famílias e da comunidade educativa, ao mesmo tempo que se institui uma avaliação de aprendizagens em conformidade com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Assim, a Cidadania e Desenvolvimento, enquanto disciplina, visa a reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos, no sentido de assegurar o seu desenvolvimento cívico equilibrado.

Essa reflexão encontra-se em conformidade com aquele que é um dos propósitos gerais do presente PEE, nomeadamente a promoção das diferentes dimensões da educação para a cidadania, reforçando o papel da escola enquanto importante contexto para a aprendizagem e o exercício da cidadania, sendo que nela se refletem preocupações transversais à sociedade: valores de respeito pelo outro, pela diferença, de tolerância, de solidariedade …

Fundamentação dos projetos de atividades de enriquecimento curriculares / extracurriculares

(objetivo 7)

Um dos aspetos a melhorar mencionados pelo PASER é a uniformização dos procedimentos relativos à formalização e organização dos projetos de atividades de enriquecimento curricular/extracurriculares. Nesta sequência, a escola irá:

- Criar, pela equipa do PEE, uma minuta/modelo de apresentação destes projetos durante o ano letivo 2018-2019;
- Garantir, papel do Conselho Pedagógico aquando da aprovação, que os projetos estão de acordo com o modelo e são uma mais-valia para a escola e facilitadores de novos conhecimentos/horizontes.

7. FORMAS DE DIVULGAÇÃO

O Projeto Educativo de Escola será:

- Apresentado no Conselho Pedagógico e no Conselho de Comunidade Educativa;
- Disponibilizado para consulta na página web da escola;
- Divulgado aos encarregados de educação/ Famílias no início do ano letivo;
- Afixado nos placares da escola;
- Enviado por correio eletrónico a todos os docentes da escola;
- Arquivado nos Serviços Administrativos.

8. MONITORIZAÇÃO

Como documento estratégico da política educativa da Escola e referencial orientador da coerência e unidade educativa, o Projeto Educativo nunca será considerado completo, mas um projeto em construção, aberto a alterações e adaptações de acordo com as necessidades e realidades que forem surgindo.

Tendo em conta que os Projetos devem ser sempre alvo de balanços periódicos que diagnostiquem a forma como estão a ser implementados, far-se-á uma monitorização no início de cada ano letivo. Nesta monitorização teremos em conta os seguintes referenciais: as classificações internas e as classificações externas (Exames Nacionais) dos alunos; as taxas de abandono, de saídas antecipadas e precoces; o grau de concretização dos objetivos fixados no Projeto (meios de verificação como as checklists, apresentadas em anexo) e a qualidade e o grau de cumprimento das atividades propostas (Plano Anual de Escola).

O Projeto Educativo tem em conta a perceção e análise dos vários problemas, e da oportunidade de se encontrarem soluções, mesmo que se leve semanas, meses ou anos para a sua solução e avaliação final, originando muitas vezes, novas estratégias e novas metas, envolvendo desta forma a possibilidade de se fazer escolhas visando um trabalho educativo eticamente responsável.

9. AVALIAÇÃO

O projeto educativo será avaliado no fim do quadriénio em coordenação com o Plano Anual de Escola e o PASER.

A Presidente do Conselho Executivo

(Alda Maria Aguiar da Silva Almeida)

Projeto elaborado pelos Docentes:

Helena Sequeira

José Feliz Pereira

Maria Margarida Ferreira

Com colaboração especial:

Catarina Sofia Brás Gomes (capa)

1) CONSELHO PEDAGÓGICO

Dia	Mês	Ano
14	05	2019

1.1. Parecer:

Positivo	x
Negativo	-

ASSINATURA PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

Rui Gomes

(Rui Manuel da Silva Gomes)

2) CONSELHO DA COMUNIDADE EDUCATIVA

Dia	Mês	Ano
10	07	2019

2.1. Aprovação:

Sim	x
Não	-

ASSINATURA PRESIDENTE DO CONSELHO DA COMUNIDADE EDUCATIVA

Yvonne de Lourdes Rodrigues

(Yvonne de Lourdes Rodrigues)

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA Direção Regional de Educação ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE MANUEL ALVES C.E.P. RIBEIRA BRAVA PORTUGAL

10. ANEXOS

Anexo 1- Comportamentos Desviantes na Escola

Anexo 2- Estratégia de Educação para Cidadania e Desenvolvimento da Escola BSPMA

Anexo 3 – Checklists criadas

Anexo 4- Modelo de candidatura a Projetos/ Clubes

Secretaria Regional de Educação
Direção Regional da Educação

2017-2018 COMPORTAMENTOS DESVIANTES NA ESCOLA ANUAL

Nome da escola:

Número total de alunos da escola: 0

Número total de infratores: 0

(Considera-se infrator qualquer aluno que possua pelo menos um registo de participação disciplinar)

	Número de participações																								
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	PCA 1.º CEB	5.º Ano	6.º Ano	PCA 2.º CEB	CEF 2.º CEB	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	PCA 3.º CEB	Cursos Vocac.	CEF 3.º CEB	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano	CEF secund.	Cursos Prof.	EFA	Totais	%.1	%.2	X
N.º de alunos por ano de escolaridade:																						0			
N.º de alunos infratores:																						0			
N.º participações por ano de escolaridade:	0	0	0	0	0	44	8	0	0	152	12	6	0	0	28	7	0	0	0	0	0	257	#####	#####	####

%1 - percentagem do número de participações em relação ao número total de alunos da escola

%2 - percentagem do número de alunos infratores em relação ao número total de alunos da escola

X - média de participações por aluno infrator

		Número de comportamentos desviantes																					
	Comportamento que originou a participação (assinalar apenas o comportamento mais significativo)	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	PCA 1.º CEB	5.º Ano	6.º Ano	PCA 2.º CEB	CEF 2.º CEB	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	PCA 3.º CEB	Cursos Vocac.	CEF 3.º CEB	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano	CEF secund.	Cursos Prof.	EFA	Totais
NA SALA DE AULA	Perturbação ao funcionamento da aula	0	0	0	0	0	26	16	0	0	169	15	12	0	0	11	3	0	0	0	0	0	252
	Não cumprimento de tarefas	0	0	0	0	0	11	4	0	0	69	8	7	0	0	5	4	0	0	0	0	0	108
	Conflito na relação com os colegas	0	0	0	0	0	21	5	0	0	11	5	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	46
	Conflitos na relação com o professor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	5
	Utilização de equipamento tecnológico não autorizado / captar sons ou imagens	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
	Outros	0	0	0	0	0	3	0	0	0	7	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	14
FORA DA SALA DE AULA	Conflito na relação inter-pares (com os colegas)	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	Conflito na relação com o professor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Conflito na relação com o funcionário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Consumo de substâncias proibidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Danificação dos espaços e dos materiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Captar ou difundir sons e imagens não autorizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outros	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Totais:	0	0	0	0	0	65	26	0	0	258	33	21	0	0	22	8	0	0	0	0	0	433

	Tipificação das Medidas (Dec. Leg. Reg. n.º 21/2013/M)	Medidas disciplinares aplicadas																					
		1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	PCA 1.º CEB	5.º Ano	6.º Ano	PCA 2.º CEB	CEF 2.º CEB	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	PCA 3.º CEB	Cursos Vocac.	CEF 3.º CEB	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano	CEF secund.	Cursos Prof.	EFA	Totais
Artigo 26.º | Medidas disciplinares corretivas	a) Advertencia (*desde que se proceda ao registo escrito da ocorrência*)	0	0	0	0	0	44	8	0	0	152	12	13	0	0	21	7	0	0	0	0	0	257
	b) Ordem de saída da sala de aula	0	0	0	0	0	26	20	0	0	146	23	12	0	0	1	0	0	0	0	0	0	228
	c) Realização de tarefas ou atividades de integração na escola ou na comunidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	3	0	1	0	0	0	0	6
	d) Inibição de participar nas atividades da escola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	e) Condicionamento no acesso a certos espaços escolares ou na utilização de certos materiais e equipamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	f) Mudança de turma	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Totais:	0	0	0	0	0	70	28	0	0	301	35	26	0	0	25	7	1	0	0	0	0	**493**
Artigo 28.º | Medidas disciplinares sancionatórias	a) Repreensão registada pelo professor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	a) Repreensão registada pelo conselho executivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	b) A suspensão da escola até 3 dias úteis	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	c) A suspensão da escola entre 4 e 12 dias úteis	0	0	0	0	0	4	0	0	0	3	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	10
	d) A transferência de escola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	e) A expulsão da escola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Totais:	0	0	0	0	0	5	0	0	0	4	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	**12**

Tarefas/atividades cumpridas

Anexo 2- Estratégia de Educação para cidadania e Desenvolvimento da Escola BSPMA

I - Enquadramento

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania estabelece os princípios orientadores para a implementação da componente de *Cidadania e Desenvolvimento* no sistema educativo português, cuja fundamentação legal está definida no Decreto-Lei número 55/2018 de 6 de julho, nas Portarias números 223-A/2018 de 3 de agosto (ensino básico) e 226-A/2018 de 7 de agosto (ensino secundário). O *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, é também documento orientador da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, uma vez que enquadra toda a atividade educativa do ensino não superior.

A componente de Cidadania e Desenvolvimento concretiza-se ainda de acordo com o documento de referência da tutela *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*.

Deste enquadramento legal, destaca-se (ponto 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei número 55/2018 de 6 de julho) que cabe a cada escola aprovar a sua estratégia de educação para a cidadania, definindo: *a*) os domínios, os temas e as aprendizagens a desenvolver em cada ciclo e ano de escolaridade; *b*) o modo de organização do trabalho; *c*) os projetos a desenvolver pelos alunos que concretizam na comunidade as aprendizagens a desenvolver; *d*) as parcerias a estabelecer com entidades da comunidade numa perspetiva de trabalho em rede, com vista à concretização dos projetos; *e*) a avaliação das aprendizagens dos alunos; *f*) a avaliação da estratégia de educação para a cidadania da escola.

Uma escola cidadã

De acordo com as orientações do documento *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*, a componente de *Cidadania e Desenvolvimento* deve ser um espaço curricular privilegiado para o **desenvolvimento de aprendizagens** com **impacto tridimensional** na **atitude cívica individual** (identidade cidadã, autonomia individual, direitos humanos), no **relacionamento interpessoal** (comunicação e diálogo) e no **relacionamento social e intercultural** (democracia, desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência).

A Cidadania deve estar embutida na própria cultura de escola, assente numa lógica de participação e de corresponsabilização, devendo decorrer de práticas sustentadas no tempo, e não de meras intervenções pontuais, estando integrada no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar e sua articulação com a comunidade. O modo como a escola se organiza, como possibilita a participação de todos (docentes e não docentes, alunos e famílias), nomeadamente através da existência de canais de informação eficientes e de mecanismos de participação efetiva nos órgãos de deliberação e de decisão, como reconhece e valoriza o compromisso de todos e de cada um, tem de ser consonante com o que é trabalhado em sala de aula.

Assim, a Cidadania não se aprende simplesmente por processos retóricos, por ensino transmissivo, mas por processos vivenciais com valorização das especificidades e realidades locais, com abordagens contextualizadas em problemas socialmente relevantes e para os quais os alunos devem ser instados a propor, discutir e aplicar soluções.

Cidadania e Desenvolvimento e Projeto Educativo da EBSPMA

Na concretização em aula, a equipa responsável pela implementação pela componente de Cidadania e Desenvolvimento, constituída por todos os que lecionam/orientam a respetiva componente, é corresponsável pela implementação dos objetivos operacionais do PE que abaixo se referem.

1 – Redução da taxa de abandono escolar – Obter uma taxa de abandono escolar não superior a 2 por cento.
2 – Melhorar os resultados escolares.
3 – Reduzir os casos de indisciplina – Reduzir o número de ocorrências disciplinares em 10 por cento.
4 – Envolver os Encarregados de Educação /Família.
5 – Adequar estratégias numa perspetiva de respeito pela diferença e inclusão.
6 – Implementar o projeto de autonomia e flexibilidade curricular (7º ano).
7 – Identificar e fundamentar os projetos de atividades de enriquecimento curricular/Extracurriculares.

Planificações e abordagens metodológicas

Em consequência, por um lado, para cada ano de escolaridade devem claramente ser identificadas aprendizagens, as quais, estando estruturadas tendo em conta a três dimensões acima identificadas (atitude cívica individual, relacionamento interpessoal e relacionamento social e intercultural) são definidas com base nos referências e demais materiais indicados pela tutela, como as cartas e acordos internacionais subscritos pelo estado português, de acordo com os domínios preferencialmente estabelecidos para cada ano de escolaridade. O domínio "direitos humanos" é transversal a todos os anos de escolaridade, mas o seu tratamento deve ser articulado com os outros domínios e implicar uma efetiva apropriação pelos alunos do articulado das Cartas de Direitos, ainda que adaptado à faixa etária dos mesmos quando necessário.

Por outro lado, as metodologias devem envolver ativamente os alunos e oferecer oportunidades de desenvolvimento de competências sociais e pessoais em contexto de partilha e de colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade. A resolução de problemas, a aprendizagem com base em investigação, aprender fazendo, a prática experimental e o trabalho de projeto são metodologias de referência e devem, em Cidadania e Desenvolvimento, ser um espelho de metodologias similares, desenvolvidas nas outras componentes/disciplinas do currículo, conforme definido no Projeto Educativo.

As abordagens metodológicas devem colocar os alunos na qualidade de produtores e interventores sociais e devem resultar em produtos apresentados e defendidos publicamente, nomeadamente perante as famílias.

Parcerias

Na medida do possível, o trabalho a desenvolver por cada grupo de alunos (turma ou outra organização) deve incorporar projetos internos (Parlamento Jovem, Clube Europeu, Direitos Humanos, Projeto A's, Teatro, Grupo Coral, Dança, Baú de Leitura, Desporto Escolar, Prevenção Rodoviária, I'Share...) e externos (regionais, nacionais e internacionais).

A inclusão destes projetos deve, no entanto, obedecer aos princípios gerais estabelecidos da aplicação de metodologias centradas nos alunos, com aprendizagens definidas e cuja apropriação é aferida com instrumentos de avaliação e de monitorização.

Avaliação

A dimensão formativa da avaliação é fundamental e tem, tal como é referido acima nos objetivos do PE, ser pensada numa lógica de melhoraria das aprendizagens dos alunos. Assim, deve assumir um caráter contínuo e sistemático, ou seja, estar incorporada nas atividades de aprendizagem e assentar em instrumentos de recolha de informação diversificados, permitindo aos professores, alunos e encarregados de educação obter informação sobre o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias. Sem desprimor da necessidade de efetuar balanços sumativos periódicos na componente de Cidadania e Desenvolvimento do 5.º ao 12.º ano de escolaridade, de acordo com as orientações a estabelecer nos critérios de avaliação, deve ser privilegiada uma avaliação qualitativa e descritiva que permita aferir a evolução do aluno. Os instrumentos de avaliação, ainda que adequados ao contexto de cada turma, devem ter uma base comum (por exemplo, grelhas de observação de aula) e resultar do trabalho colaborativo entre os professores que constituem cada equipa de trabalho.

Monitorização

O trabalho deve ser acompanhado com grelhas de monitorização, a fim de aferir o trabalho em curso e a necessidade de alterar o programa em algum momento da sua aplicação.

Registo

Serão arquivados em formato digital por ciclo de ensino, e em sistema de partilha digital com toda a equipa, todos os documentos produzidos no âmbito da atividade desenvolvida com os alunos: planificações a longo e médio prazo; materiais de apoio elaborados (por exemplo, textos ou apresentações em. ppt); instrumentos de avaliação; produtos finais dos alunos apresentados publicamente (ou registos digitais dessas apresentações públicas).

II – Funcionamento da componente de Cidadania e Desenvolvimento

Segundo ciclo e terceiro ciclo

Os domínios, para além do dos "Direitos Humanos" que foi considerado transversal a todos ao anos de escolaridade, foram selecionados tendo em conta a faixa etária dos alunos e a importância para o seu desenvolvimento da exploração de determinados temas e a relação com as disciplinas do currículo, podendo alguns temas (por exemplo, interculturalidade e desenvolvimento sustentável) serem trabalhados em articulação e numa lógica de sequencialidade entre os vários anos de escolaridade. Dado que os domínios não são estanques, os assinalados são o foco essencial, ainda que temas de outros domínios possam ser trabalhados em articulação (por exemplo, o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental ou a saúde). Estas articulações ficarão explícitas nas planificações a médio prazo a realizar.

Domínios	**5.º**	**6.º**	**7.º**	**8.º**	**9.º**
Direitos humanos (civis e políticos, económicos, sociais e culturais, e de solidariedade)	x	x	x	x	x
Igualdade de género		x		X	
Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa)	X		X		
Desenvolvimento sustentável		X	X		
Educação ambiental		X	X		
Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação e exercício físico)	X			X	
Sexualidade	FPS				
Media	x			x	
Instituições e participação democrática		x			x
Literacia financeira e educação para o consumo	x				x
Segurança rodoviária	FPS				
Risco	FPS				
Empreendedorismo	Opcional de acordo com o perfil da turma				
Mundo do trabalho					
Segurança, defesa e paz					
Bem-estar animal					
Voluntariado					
Outras					

Ensino Secundário

No ponto 3 do artigo 10.º da Portaria número 226-A/2018 de 7 de agosto, a "componente de Cidadania e Desenvolvimento é uma área de trabalho transversal, onde se cruzam contributos das diferentes disciplinas com os temas da estratégia de educação para a cidadania da escola através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos", podendo estruturalmente ser implementada de acordo com as possibilidades estabelecidas no ponto 4 da mesma Portaria e não sendo alvo de avaliação sumativa, ou seja, não sendo objeto de classificação específica e autónoma.

De entre as possibilidades consignadas no ponto 4 da referida Portaria (também disposto no ponto 4 do artigo 15.º do Decreto-Lei número 55/2018 de 6 de julho), a EBSPMA optou pela possibilidade de, no ensino secundário, o desenvolvimento de atividades letivas ocorrer de acordo com o estabelecido na alínea d), a saber, "desenvolvimento de temas e projetos, no âmbito das diferentes disciplinas da matriz, sob a coordenação de um dos professores da turma ou grupo de alunos".

Além disso, atendendo a que o estabelecido na legislação referida no parágrafo anterior contemplar também a possibilidade de, no ensino secundário, existirem outras formas de organização, e tendo em conta a plena integração dos alunos na vida da escola, nomeadamente nos Projetos nela desenvolvidos e que expressam formas de vivência da Cidadania e Desenvolvimento e de aquisição e consolidação das competências definidas no *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*, na definição da sua Estratégia de Escola para o ensino secundário, foi decidido pelo grupo de trabalho (constituído pelo Coordenador de Cidadania, pelo Coordenador do Ensino secundário e pela Vice-Presidente responsável pela área dos alunos) um conjunto de parâmetros a considerar no ensino secundário como fazendo parte do envolvimento dos alunos na Educação para a Cidadania, com indicações relativas às situações nas quais o envolvimento dos alunos deverá ser registado no certificado de conclusão do ensino secundário.

Atividades

As diferentes atividades (palestras, participação em projetos ou outras) podem ser organizadas e dinamizadas por alunos ou grupo de alunos, devendo a sua temática situar-se dentro de um dos domínios obrigatórios, podendo cruzar-se com outros. Essa articulação com os domínios deve ser visível nas planificações das atividades.

A organização e/ou participação ativa nos diferentes projetos deve ficar registada no certificado de conclusão do ensino secundário dos alunos.

Temas e projetos no âmbito de cada disciplina

Cada conselho de turma deverá ter, pelo menos, duas atividades anuais, disciplinares ou de integração curricular com outras disciplinas / estruturas / projetos, e nas quais se entrecruzem aprendizagens das disciplinas com aprendizagens de Cidadania e Desenvolvimento, nomeadamente as contidas nos referenciais de Cidadania.

As atividades devem envolver ativamente os alunos (resolução de problemas, aprendizagem com base em investigação, projeto ou outra) e exigir um pensamento reflexivo que implique, por um lado, uma análise crítica pelo aluno e, por outro, a apresentação de soluções para problemas com que as sociedades atuais se deparam.

Os temas deverão ter como ponto de partida os direitos humanos, incidir sobre um ou mais dos domínios obrigatórios e cruzar, sempre que relevante, com os domínios não obrigatórios.

Os instrumentos de planificação e de avaliação devem permitir aferir, por aluno, apenas descritivamente, as aprendizagens específicas de Cidadania e Desenvolvimento realizadas e a realizar e as ações a desenvolver.

O instrumento de planificação deverá ser o das atividades de integração curricular e ficar anexo ao PCT.

Domínios	10.º	11.º	12.º
Direitos humanos (civis e políticos, económicos, sociais e culturais, e de solidariedade)	X	x	x
Igualdade de género			x
Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa)	X		X
Desenvolvimento sustentável		X	
Educação ambiental		X	
Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação e exercício físico)	x		
Risco	Opcional de acordo com o perfil da turma		
Empreendedorismo			
Mundo do trabalho			
Segurança, defesa e paz			
Bem-estar animal			
Voluntariado			
Outras			

III – Critérios de avaliação

Apresentam-se abaixo os descritores de referência para a avaliação dos alunos, os quais devem ser entendidos como aprendizagens essenciais a contemplar nas metodologias de trabalho, cruzando-se com os elementos, que em cada planificação, se têm conta de acordo com os referenciais de Cidadania e Desenvolvimento.

Critérios
Observação direta da interação aluno-aluno / aluno-professor. O aluno…
Autorregula o seu comportamento, adequando-o às várias situações de interação em aula e dos espaços da escola de acordo com as regras estabelecidas
Ouve, pede esclarecimentos quando necessário de forma cordial, dialoga tendo em conta as intervenções dos colegas, negoceia e procura gerar consensos
Valoriza as diferentes perspetivas em debate e procura solucionar desacordos de forma pacífica, revelando respeito pelo outro
É persistente na realização das tarefas e procura ativamente soluções para os problemas que encontra
Cumpre as tarefas que lhe foram atribuídas e contribui com valor para os resultados alcançados pelo grupo restrito, grupo turma ou grupos inter turmas.
Solicita o apoio dos professores quando necessário
Analisa e discute ideias e processos
Apresenta razões para sustentar ou recusar posições
Apresenta argumentos para sustentar ou refutar posições
Identifica dificuldades e valoriza a cooperação como forma de as superar
Coloca questões de investigação
Analisa questões de investigação
Coloca, analisa e reformula questões de investigação
Define estratégias e modela-as de acordo com os resultados obtidos
Autorregula a sua participação no processo de trabalho através do conhecimento dos critérios de avaliação e dos retornos que são dados pelos pares e professores
Auto e heteroavalia com rigor e honestidade o processo de trabalho e os produtos finais
Procura ativamente melhorar a sua ação
Manifesta uma crescente autonomia em função das sucessivas situações em que tem de tomar decisões, encontrar e executar soluções.
Produções escritas (textos, esquemas e outras formas de expressão, tendo em conta a especificidade das linguagens utilizadas). O aluno:
Delimita, mobiliza a aplica adequadamente conceitos e ideias
Seleciona informação de modo pertinente face ao objetivo do texto e transforma-a num discurso ou num produto pessoal
Expressa-se de forma gramatical e sintaticamente correta
Organiza as ideias de forma coerente, aplicando regras de produção do discurso informativo
Organiza as ideias de forma coerente, aplicando regras de produção do discurso informativo ou argumentativo já estudados
Modela o discurso tendo em conta o destinatário
Adequa o discurso ao meio, seja analógico, seja digital.
Apresentações orais. O aluno:
Seleciona a informação adequada para transmitir oralmente
Delimita, mobiliza a aplica adequadamente conceitos e ideias
Expressa-se corretamente, aplicando as regras gramaticais e usando um vocabulário técnico e cientifico adequado à situação
Capta e mantém a atenção da audiência (postura corporal, expressão facial, clareza, volume e tom de voz)
Pesquisa e tratamento de informação. O aluno
Formula questões pertinentes face ao assunto
Reformula questões tendo em conta a retroação do professor
Aplica critérios de validação (autoria, atualidade...) da informação em suporte analógico e digital
Aplica várias estratégias até encontrar a informação adequada
Produtos. O aluno:
Seleciona a informação, em diversos formatos e suportes, adequada aos objetivos
Mobiliza e aplica corretamente conhecimento adquirido em outras disciplinas
Apresenta soluções criativas e inovadoras, nomeadamente com recurso a técnicas analógicas e digitais
Organiza com harmonia elementos gráficos e materiais de diferentes naturezas
Coordena adequadamente texto e imagem, expressando-se com clareza e rigor
Respeita os direitos de autor
Aplica regras de segurança e privacidade (no caso dos produtos digitais)
Aplica regras de publicação e partilha, nomeadamente pela atribuição de licenças de publicação
Procura melhores soluções em função do retorno dos seus pares e dos professores
Contribui para acrescentar valor aos produtos coletivos

IV – Indicadores de monitorização

Grelha de monitorização da Estratégia de Educação para a Cidadania e Desenvolvimento de Escola (EECDE)					
	1	**2**	**3**	**4**	**NA**
A) Escola Cidadã[1]					
1. A componente Cidadania e Desenvolvimento está inscrita nos documentos estruturantes da Escola (RI e PE).					
2. A EECDE implementa ativamente o Projeto Educativo nos parâmetros dos eixos 1 e 2 definidos na parte I-2 deste documento.					
B) Envolvimento dos intervenientes na definição da EECDE					
3. Os professores de Cidadania e Desenvolvimento e os Diretores de Turma foram envolvidos na definição da EECDE.					
4. Houve alunos envolvidos na definição da EECDE.					
5. Alunos e professores foram envolvidos na monitorização da implementação da EECDE.					
C) Parcerias internas e externas					
6. A estratégia e sua implementação teve em consideração um envolvimento ativo dos Projetos de Escola.					
7. Foram mobilizados parcerias e recursos externos.					
D) Articulação com o PE, metodologias centradas no aluno e integração curricular					
8. As planificações de ano e a medio prazo, do 5.o ao 9.o ano e as propostas nos Conselhos de Turma do ensino secundário, assentaram em metodologias ativas.					
9. É explicita a utilização dos referenciais de educação para a cidadania e desenvolvimento.					
10. Há articulação / integração curricular visível nos documentos produzidos no âmbito das atividades desenvolvidas com os alunos.					
E) Aquisição/consolidação de competências de desenvolvimento pessoal e de intervenção no espaço público por parte dos alunos.[2]					
F) Avaliação					
11. Foi privilegiada uma avaliação qualitativa e descritiva que permita que todos os intervenientes possam aferir a evolução do aluno.					
12. Os instrumentos de avaliação a aplicar resultaram do trabalho colaborativo entre os docentes que constituem cada equipa de trabalho.					

V – Comunicação aos alunos e aos pais e encarregados de educação

A Estratégia de Educação para a Cidadania e Desenvolvimento de Escola será publicada na página *web* da EBSPMA e será dada a conhecer aos Pais e Encarregados de Educação através de procedimento formal.

---

[1] A avaliação dos indicadores de monitorização definidos neste campo articula-se com o modelo de avaliação do Projeto Educativo (PE), contribuindo periodicamente (pelo menos duas vezes por ano) para a recolha de dados que integrarão o relatório anual final de avaliação do PE.

[2] Aplicação de questionário de autoperceção de forma a aferir se os alunos apresentam, de acordo com a sua faixa etária e os temas tratados as seguintes competências:

1.Maior autonomia nas tomadas de decisão e na realização das tarefas;
2.Melhor capacidade de negociação, de gerar consensos e de interagir com base no diálogo e respeito pelos outros;
3.Melhor capacidade de resolução de problemas, pensamento crítico e de gerar valor a partir do trabalho em equipa;
4.Melhor capacidade de agir com base na compreensão dos seus direitos e deveres;
5.Melhor capacidade de descentramento e de intervenção cívica na comunidade;
6.Maior conhecimento dos problemas sociais, culturais, ambientais, de saúde, segurança... que se colocam nas sociedades contemporâneas;
7.Melhor capacidade de agir de modo autónomo e fundamentado assente na compreensão crítica de conhecimentos adquiridos na exploração dos temas específicos de Cidadania e Desenvolvimento;
8.Melhor capacidade de autoavaliação e de autorreorientação das suas ações a partir do conhecimento dos critérios de avaliação e em função do retorno dos seus pares e dos professores.
No ensino secundário:
9. Há palestras e projetos dinamizados pelos alunos.
10. Há um maior número de alunos que participam ativamente nos Projetos da Escola.

Anexo 3. Checklist criadas

Anexo 3.1- Checklist direção de turma

Checklist Direção de Turma

A relação Escola-Família tem vindo a assumir um papel de extrema importância no processo educativo dos alunos. Se o envolvimento dos Encarregados de Educação/Pais/Família se revela imprescindível para a inovação e divulgação de novas práticas, ele é ainda desejável pela promoção de uma imagem associada à prática de educação integrada e promotora do bem-estar social dos cidadãos em formação.

Finalidade: Indicadores de avaliação referentes ao objetivo "envolver os Encarregados de Educação/ Família"

Período	
Número de alunos na turma	
1- Número de Encarregados de Educação/Pais/Família presentes no período letivo	
2- Desses Encarregados de Educação/Pais/Família, quantos estiveram presentes mais do que uma vez?	
3- Número de Encarregados de Educação/Pais/Família que não compareceram à escola neste período	
4- Número de Encarregados de Educação/Pais/Famíla que vieram à escola por convocatória	
5- Número de Encarregados de Educação/Pais/Família que vêm por iniciativa própria.	
6- Qual(ais) foi(foram) o(s) meio(s) de comunicação utilizado(s) para contacto com os Encarregados de Educação/Pais/Família?	
a) presencial;	
b) telefone/telemóvel;	
c) caderneta do aluno;	
d) via aluno;	
e) correio eletrónico/e-mail;	
f) carta/ofício;	
g) redes sociais;	
h) outros;	
Se outros indique quais:	
7- Qual(ais) foi(foram) o(s) motivo(s) de contacto da Escola com os Encarregados de Educação/Pais/Família?	

a) aproveitamento do educando;	
b) assiduidade do educando;	
c) comportamento do educando;	
d) atividades da escola;	
e) outros	
Se outros indique quais:	
8- Os Encarregados de Educação/Pais/Família tomaram conhecimento das atividades da escola realizadas no período?	
8.1- Se sim, de que forma:	
a) presencial;	
b) telefone/telemóvel;	
c) caderneta do aluno;	
d) via aluno;	
e) correio eletrónico/e-mail;	
f) redes sociais;	
g) outros;	
Se outros indique quais:	
9- Na sua opinião como é que a escola pode melhorar os canais de comunicação com os Encarregados de Educação/Pais/Família?	

Notas:

1- Documento a preencher no final de cada período.

2- Depois de preenchido enviar para o correio eletrónico felizpereira20@edu.madeira.gov.pt.

Obrigado pela colaboração!

A equipa do PEE!

Helena Sequeira

Margarida Ferreira

Feliz Pereira

Anexo 3.2- Checklist Educação Especial

Checklist Educação Especial

Um dos objetivos do nosso projeto educativo é adequar estratégias numa perspetiva de respeito pela diferença e pela inclusão. Pretendemos através desta Checklist, inferir se a escola assegura uma educação "adequeada e inclusiva" a todos os alunos do regime de educação especial/outras situações.

Período	
1- Número de alunos abrangidos por apoio direto.	
Especifique por tipo de apoio (número de alunos):	
a) Reeducação pedagógica da Perturbação da Aprendizagem Específica.	
b) Reforço e desenvolvimento de competências específicas.	
c) Promover as capacidades de resolução de problemas, o relacionamento interpessoal, pensamento crítico e criativo e a cidadania.	
2- Número de alunos abrangidos por apoio indireto (supervisão pedagógica).	
3- Número de alunos abrangidos por apoio cooperativo.	
Especifique por tipo de apoio (número de alunos):	
a) Colaborar com o(s) docente(s), auxiliando os alunos da turma na realização das variadas atividades.	
b) O reforço das estratégias utilizadas individualmente, no grupo ou turma aos níveis da organização, do espaço e das atividades .	
4- Número de alunos com CEI (Currículo Educativo Individual).	
4.1- Os problemas diagnosticados são:	
4.2- As adequações seguintes, previstas na Lei, são aplicadas?	
a) Organização e disposição da sala de aula.	
b) Materiais didáticos.	
c) Atividades.	
d) Estratégias de ensino-aprendizagem.	
e) Instrumentos de avaliação.	
f) Conteúdos curriculares.	
5- Na ausência do professor da educação especial e nos intervalos como é que é assegurado a inclusão dos alunos?	
Técnicas da educação especial.	
Assistentes operacionais.	
Colegas de turma.	
Outros.	

Se opção foi outros indique quais?	
6- Tem conhecimento da existência de alunos que não estão a receber apoio (direto, indireto ou cooperativo)?	
6.1- Caso a resposta seja afirmativa, indique os motivos:	
7- A escola garante as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão? (Caso a resposta seja negativa, por favor, não preencha as seguintes alíneas)	
a) Eliminação de barreiras (construção de rampas, elevador, salas,…).	
b) Existência de espaços próprios para prestação de cuidados de higiene pessoal.	
c) Existência de transporte alternativo para estes alunos.	
d) Assistência permanente para deslocação para o pavilhão.	
e) Assistência permanente para deslocação para a cantina.	
f) Assistência permanente para deslocação ao bar dos alunos.	
g) Existência de número suficiente de professores de educação especial.	
h) Existência de número suficiente de professores para apoios indiretos.	
i) Existência de número suficiente de professores para apoios cooperativos.	
j) Existência de número suficiente de técnicas especializadas de educação especial.	
k) Existência de número suficiente de assistentes operacionais.	
l) Assistência permanente para deslocação para a sala de aula.	
m) Assistência permanente para deslocação para os serviços administrativos.	
8- Tem conhecimento da existência de outros tipos de apoio (que não educação especial)facultado pela escola?	
8.1- Caso a resposta seja afirmativa, indique os motivos:	

Notas:

1- Documento a preencher no fim de cada período;

2- Depois de preenchido enviar para o correio eletrónico: felizpereira20@edu.madeira.gov.pt;

Obrigado pela colaboração!

A equipa do PEE

Helena Sequeira

Margarida Ferreira

Feliz Pereira

Anexo 3.3- Checklist Português Língua Não Materna/ Português para Falantes de Outras Línguas

Checklist PLNM*/PFOL**

Um dos objetivos do nosso projeto educativo é adequar estratégias numa perspetiva de respeito pela diferença e pela inclusão. Pretendemos através desta Checklist, inferir se a escola assegura uma educação "adequeada e inclusiva" a todos os alunos oriundos de outros países.

*PLNM- Português Língua Não Materna

**PFOL- Português para Falantes de Outras Línguas

Período	
1- Número de alunos abrangidos por apoio PLNM?	
2- Número de alunos abrangidos pelo PFOL?	
3-Estes alunos são sinalizados de que forma?	
a) Matrícula.	
b) Diretor de Turma.	
c) outros.	
Se respondeu outros, indique quais:	
4- Que tipo de apoio/ programa é aplicado a estes alunos?	
a) Individualizado.	
b) Em grupos.	
C) Em turma.	
5- Tem conhecimento de alunos oriundos de outros países que não estão a receber apoio	
5.1- Caso a resposta seja afirmativa, indique os motivos:	
6- A escola garante as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão?	
6.1- Se sim, quais?	
a) Aferição de conhecimentos linguísticos.	
b) Disponibilidade de recursos humanos.	
c) Recursos humanos dotados de competências linguísticas diversificadas.	
d) Número de alunos por grupo de trabalho exequível.	
e) Adequada distribuição de alunos por grupo de trabalho.	
f) Horário escolar adequado às necessidades dos grupos de trabalhos.	

g) Número de tempos letivos/apoios suficientes para colmatar as necessidades dos alunos.	
h) Outros.	
Se indicou outros, Indique quais:	
6.1- Que outras medidas pode a escola disponibilizar para garantir a inclusão dos alunos?	

Notas:

1- Documento a preencher no fim de cada período;

2- Depois de preenchido enviar para o correio eletrónico: felizpereira20@edu.madeira.gov.pt;

Obrigado pela colaboração!

A equipa do PEE

Helena Sequeira

Margarida Ferreira

Feliz Pereira

Anexo 4- Modelo de candidatura a Projetos/ Clubes

PROPOSTA DE PROJETO/CLUBE A NÍVEL DE ESCOLA

(NOME DO PROJETO)

RESPONSÁVEL/S) pelo Projeto/Clube:

Projeto de Iniciação ou de continuação

ANO LETIVO _____/_____

PÚBLICO-ALVO

FUNDAMENTAÇÃO

OBJETIVOS ENQUADRADOS NO PEE

OBJETIVOS ESPECIFICOS

ATIVIDADES A DESENVOLVER

RECURSOS

FÍSICOS
HUMANOS
FINANCEIROS

NÚMERO DE HORAS SEMANAIS

JUSTIFICAÇÃO (O projeto é uma mais-valia para a escola e é facilitador de novos conhecimentos/horizontes)

AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PROJETO

1) DATA:

Dia	Mês	Ano

Assinatura do(s) Responsável (s):

_____

( )

_____

( )

_____

( )

DECISÃO DO CONSELHO PEDAGÓGICO

1) DATA:

Dia	Mês	Ano

2) CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS

O PROJETO ESTÁ DEVIDAMENTE IDENTIFICADO (Nome do projeto; responsáveis do projeto; ano letivo; referência a projeto de iniciação e continuação e todos os outros parâmetros constantes no modelo)	
O PROJETO APRESENTA UMA FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA E "DOCUMENTADA"	
O PROJETO CONSTITUI UMA MAIS -VALIA PARA A ESCOLA	
O PROJETO É FACILITADOR DE NOVOS CONHECIMENTOS/HORIZONTES	

3) APROVAÇÃO:

SIM	
NÃO	

4) ASSINATURA PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

_____